REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 005 - SÁBADO, 23 DE FEVEREIRO DE 2002 - BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
(3) *Ramez Tebet – PMDB – MS*
1º Vice-Presidente
Edison Lobão – PFL – MA
2º Vice-Presidente
Antonio Carlos Valadares – PSB – SE
1º Secretário
Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE
2º Secretário
Antero Paes de Barros – PSDB – MT

3º Secretário
(6) *Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB*
4º Secretário
Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR

Suplentes de Secretário
1º Alberto Silva – PMDB – PI
2º Marluce Pinto – PMDB – RR
3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE
4º Nilo Teixeira Campos (5) *– PSDB – RJ*

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor(1)
Romeu Tuma – PFL – SP
Corregedores Substitutos(1)
Vago (4)
Vago
Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
Procuradores(2)
Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS
Gerson Camata – PMDB – ES
Bernardo Cabral – PFL – AM
Fernando Matusalém – Bloco PSDB/PPB
Jefferson Péres – Bloco Oposição - AM

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Artur da Távola

Vice-Líder
Romero Jucá
Moreira Mendes
Bello Parga
Eduardo Siqueira Campos

LIDERANÇA DO PMDB – 24

Líder
Renan Calheiros

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gilberto Mestrinho
Juvêncio da Fonseca
Gilvam Borges
Marluce Pinto
Amir Lando
Alberto Silva
Ney Suassuna

LIDERANÇA DO PFL – 18

Líder
José Agripino Maia

Vice-Líderes
Francelino Pereira
Romeu Tuma
Leomar Quintanilha
Bello Parga
Maria do Carmo Alves
Vago

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16

Líder
Geraldo Melo

Vice-Líderes
Pedro Piva
Romero Jucá
Fernando Matusalém
Freitas Neto

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Vago
Sebastião Rocha
Geraldo Cândido
Tião Viana

LIDERANÇA DO PSB – 4

Líder
Ademir Andrade

Vice-Líder
Roberto Saturnino

LIDERANÇA DO PTB – 4
Líder
Carlos Patrocínio

Vice-Líder
Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PL – 1

Líder
José Alencar

(1) Reeleitos em 2/04/1997
(2) Designação: 27/06/2001
(3) Eleito em 20/09/2001
(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal
(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular
(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Márcia Maria Corrêa de Azevedo
Diretora da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 19.12.2001

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2. – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 79, de 2002 (nº 113/2002, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Luiz Alberto da Silva, para o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 00725

Nº 80, de 2002 (nº 102/2002, na origem), de 19 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 21 a 24 de fevereiro de 2002, em visita ao Reino da Suécia, Estolcomo, por ocasião de reunião da Rede de Governança Progressista. 00726

Nº 81, de 2002 (nº 104/2002, na origem), de 19 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 24 a 26 de fevereiro de 2002, para realizar visita oficial à República da Polônia, Varsóvia. 00726

Nº 82, de 2002 (nº 106/2002, na origem), de 19 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 26 a 27 de fevereiro de 2002, para realizar visita oficial à República Eslovaca, Bratislava. 00726

1.2.2 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 90/2002, de 30 de janeiro último, encaminhando cópia da Decisão nº 22, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, comunicando que a auditoria nas obras da Via Expressa Sul, em Florianópolis, objeto do Requerimento nº 672, de 2001, do Senador Casildo Maldaner, já se encontra contemplada no Plano de Auditoria daquele Tribunal, e que após o término dos trabalhos os resultados dos mesmos serão encaminhados a esta Casa do Congresso Nacional. 00726

Nº 91/2002, de 30 de janeiro último, encaminhando cópia da Decisão nº 23, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, comunicando que está sendo realizada a auditoria nas obras de construção da BR-282/SC – Florianópolis/Divisa com Argentina, objeto do Requerimento nº 673, de 2001, do Senador Casildo Maldaner, e que tão logo aquele Tribunal conclua os seus trabalhos os resultados dos mesmos serão encaminhados a esta Casa do Congresso Nacional. 00726

1.2.3 – Aviso de Ministro-Relator do Tribunal de Contas da União

Nº 12/2001, de 20 de dezembro de 2001, comunicando que será realizada a auditoria na Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, objeto do Requerimento nº 662, de 2001, da Senadora Heloísa Helena, e que tão logo aquele Órgão delibere sobre a matéria será remetida cópia do relatório e da decisão adotada ao Senado Federal. 00726

1.2.4 – Comunicações

Do Senador Wellington Roberto, referente a sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, desde 5 de outubro de 2001. À publicação... 00727

Do Senador José Serra, referente a sua reassunção ao mandato de Senador da República, representante do Estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira, a partir desta data. À publicação. 00727

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/4, de 2002 (nº 5/2002, na origem), de 19 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza – CE, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264289, que declarou a inconstitucionalidade do referido Decreto regulamentador e do art. 10 da referida Lei Municipal que instituiu gratificação sobre produtividade para os in-

tegrantes do quadro de Procuradores daquele Município. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 00727

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 33, em 19 de fevereiro de 2002 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 00727

Término do prazo único regimental com apresentação das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001 (nº 5.483/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, para exame simultâneo do projeto e das emendas. 00728

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA* – Descrença da população brasileira de que o Congresso Nacional apontará imediatamente soluções para a questão da segurança pública. Premência de investimentos nas polícias militar e civil. 00729

SENADOR *PEDRO SIMON* – Defesa da candidatura própria do PMDB à Presidência da República, a propósito de notícias veiculadas pela imprensa de que líderes peemedebistas estariam negociando o apoio do partido em troca da vice-presidência. 00731

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Sugestão quanto à data da homenagem a ser prestada ao jornal **Tribuna da Imprensa**, pelo transcurso de seus 50 anos de fundação. 00738

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Precariedade da BR-153 (Belém–Brasília). 00738

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 24, de 2002, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido; cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais já se encontra esgotado. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 00739

1.2.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Necessidade do Governo Federal definir uma diretriz nacional de combate ao crime organizado. 00739

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 12 a 16, de 2002. 00742

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 148 a 166, de 2002. 00745

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 5ª Sessão Não Deliberativa em 22 de fevereiro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Edison Lobão.

(*Inicia-se a sessão às 9 horas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 79, DE 2002
(Nº 113/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea **f**, da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Alberto da Silva, para o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.

Brasília, 20 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE
(Sintético)

1 – **Dados Pessoais**

Nome: LUIZ ALBERTO DA SILVA

Filiação: Joaquim Marcílio da Silva e Célia Perrupato da Silva

Data de Nascimento: 8 de outubro de 1933

Nacionalidade: brasileira

Profissão: Advogado

Endereço: QL-16, Conjunto 3, Casa 10 – SHIS/Sul Brasília (DF)

Telefone: Res: 248-4050

Carteira de Identidade: 322.597 – SSP/DF

CPF: 001.265.786-72

2 – ESCOLARIDADE

- Curso de Bacharelado, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais — 1958/1962
- Curso de Doutorado, na mesma faculdade — 1963/1964
- Doutourou-se em 18-12-68, quando defendeu tese, sendo aprovado com a nota 10 (dez)

3 – PRINCIPAIS CARGOS EXERCIDOS

- Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da UFMG, de março de 1964 a fevereiro de 1972.
- Advogado da Telebrás, de setembro de 1972 a março de 1977, sendo, a partir dessa data, Consultor Jurídico da empresa, até maio de 1985.
- Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, de maio de 1985 a maio de 1990.
- Gerente de Projetos Especiais, Coordenador da Assessoria Jurídica e Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, sucessivamente, de setembro de 1990 a novembro de 1992.
- Consultor da República, de novembo de 1992 até a extinção da Consultoria-Geral da República.
- Consultor da União, desde a implantação da Advocacia-Geral da União até 2 de abril de 2001, quando foi exonerado, a pedido.
- Assessor Especial do Ministro de Estado da Defesa, a partir de 19 de junho de 2001.

4 – ÁREAS DE ATUAÇÃO MAIS FREQÜENTES

- Telecomunicações em geral.
- Concessão e permissão de serviços públicos.
- Privatizações em geral.
- Direito societário, especialmente sociedades anônimas.
- Licitações.

Brasília – DF, 6 de dezembro de 2001. – **Luiz Alberto da Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Art. 23. Os conselheiros serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea **f** do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

.....

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM Nº 80, DE 2002
(Nº 102/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 21 a 24 de fevereiro de 2002, em visita ao Reino da Suécia, Estocolmo, por ocasião de reunião da Rede de Governança Progressista.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 81, DE 2002
(Nº 104/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 24 a 26 de fevereiro de 2002, para realizar visita oficial à República da Polônia, Varsóvia.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 82, DE 2002
(Nº 106/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 26 a 27 de fevereiro de 2002, para realizar visita oficial à República Eslovaca, Bratislava.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

AVISOS

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 90/2002, de 30 de janeiro último, encaminhando cópia da Decisão nº 22, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, comunicando que a auditoria nas obras da Via Expressa Sul, em Florianópolis, objeto do Requerimento nº 672, de 2001, do Senador Casildo Maldaner, já se encontra contemplada no Plano de Auditoria daquele Tribunal, e que após o término dos trabalhos os resultados dos mesmos serão encaminhados a esta Casa do Congresso Nacional.

Nº 91/2002, de 30 de janeiro último, encaminhando cópia da Decisão nº 23, de 2002, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, comunicando que está sendo realizada a auditoria nas obras de construção da BR-282/SC – Florianópolis/Divisa com Argentina, objeto do Requerimento nº 673, de 2001, do Senador Casildo Maldaner, e que tão logo aquele Tribunal conclua os seus trabalhos os resultados dos mesmos serão encaminhados a esta Casa do Congresso Nacional.

Os Avisos foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a manifestação do Tribunal de Contas da União.

AVISO

DO MINISTRO-RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 12/2001, de 20 de dezembro de 2001, comunicando que será realizada a auditoria na Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, objeto do Requerimento nº 662, de 2001, da Senadora Heloísa Helena, e que tão logo aquele Órgão delibere sobre a matéria será remetida cópia do relatório e da decisão adotada ao Senado Federal

O Aviso foi encaminhado, em cópia, à Requerente.

O Requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a manifestação do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

Brasília, 21 de fevereiro de 2002

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos e encarecendo a V. Exª sejam adotadas as providências pertinentes, informo que filiei-me ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro em 5 de outubro de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª minhas expressões de consideração. – Senador **Wellington Roberto.**

Brasília, 22 de fevereiro de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que reassumo minhas funções de Senador da República, representante do Estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira a partir desta data, tendo em vista meu afastamento do cargo de Ministro de Estado da Saúde.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço. – Senador **José Serra.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/4, de 2002 (nº 5/2002, na origem), de 19 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza/CE, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264289, que declarou a inconstitucionalidade do referido decreto regulamentador e do art. 10 da referida lei municipal que instituiu gratificação sobre produtividade para os integrantes do quadro de Procuradores daquele Município.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senhor Presidente da República adotou, em 19 de fevereiro de 2002 e publicou no dia 20 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória **nº 33**, que "Dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
PMDB	
Renan Calheiros	Gilvam Borges
Nabor Júnior	Juvêncio da Fonseca
PFL	
Geraldo Althoff	José Coêlho
Mozarildo Cavalcanti	Paulo Souto
Bloco (PSDB/PPB)	
Geraldo Melo	Freitas Neto
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
PSB	
Ademir Andrade	Roberto Saturnino
*PL	
José Alencar	

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
PFL	
Inocêncio Oliveira	Pauderney Avelino
PSDB	
Jutahy Junior	Narcio Rodrigues
PMDB	
Geddel Vieira Lima	Albérico Filho
PT	
Walter Pinheiro	Aloizio Mercadante
PPB	
Odelmo Leão	Gerson Peres
PTB	
Roberto Jefferson	Fernando Gonçalves
Bloco (PDT/PPS)	
Miro Teixeira	Regis Cavalcante
*Bloco (PL/PSL)	
Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues

De acordo com as normas estabelecidas por esta Presidência, na sessão conjunta realizada no dia 2 de outubro de 2001, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: **20-2-2002**
– Designação Comissão: **22-2-2002**(SF)
– Instalação da Comissão: **25-2-2002**
– Emendas: **até 25-2-2002** (6º dia da publicação)
– Prazo final na Comissão: **20-2-2002 a 5-3-2002**(14º dia)
– Remessa do processo à CD: **5-3-2002**
– Prazo na CD: **de 6-3-2002 a 19-3-2002**(15º ao 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: **19-3-2002**
– Prazo no SF: **de 20-3-2002 a 2-4-2002** (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: **2-4-2002**
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 3-4 a 5-4-2002 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **6-4-2002** (46º dia)
– Prazo final no Congresso: **20-4-2002** **(60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência cmunica ao Plenário que durante o prazo único previsto no art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, duas emendas, de autoria da Senadora Heloisa Helena, ao Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001 (nº 5.483/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

As referidas emendas vão à publicação no Diário do Senado Federal e em avulsos para distribuição às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, para exame simultâneo do Projeto e das Emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDAS OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2001, NOS TERMOS DO ART. 122, II, **B** COMBINADO COM O ART. 375, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO, PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2001.

Suprima-se a expressão "ou acordo coletivo" constante dos textos dados pelo art.1º do Projeto ao art. 618, **caput** e §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

Justificação

O escopo do presente projeto é promover o deslocamento da normatização das relações de trabalho da esfera da heteronomia para o da normatização autônoma.

Tratando desse último padrão, Maurício Delgado assinala que ele "supõe a plena legitimação do conflito entre particulares, que, mediante sua negociação autônoma, induz à criação da norma jurídica". E acrescenta:

> **"**A norma produz-se, de fato, a partir da Sociedade civil, mediante(e a dinâmica conflituosa e negocial estabelecida entre os sindicatos e associações profissionais. Generaliza-se a norma jurídica, nesses casos, muitas vezes, independentemente de ser ainda absorvida legislativamente pelo Estado" (**Democracia e Justiça: Sistema Judicial e Construção Democrática no Brasil.** São Paulo: LTr. p. 79).

No caso de países que preferem adotar o modelo da normatização autônoma mas subordinada (Alemanha, Países Escandinavos, França), isto é, em que processo de produção normativa, pelos agentes particulares, é delimitado pelo Estado, a legitimação acima referida passa pelo reconhecimento de que ambas as partes encontram-se num patamar de igualdade, de poder de barganha equivalente, para que as tratativas levadas a efeito signifiquem, realmente, uma negociação.

A Constituição de 1988 preconiza esse caminho, ao prever restrições à potestade do empregador quanto à resilição do: contratos de trabalho, nos termos de inciso I de seu art. 7º. Ocorre que, enquanto não for editada a lei complementar a que se refere esse dispo-

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** §7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional".

sitivo, prevalece o desequilíbrio entre capital e trabalho e, portanto, a maculação do contrato coletivo.

Uma maneira de mitigar-se essa perversão, no contexto da proposição (que é de vigência temporária), é limitar-se o campo da supremacia da norma coletiva sobre a legislação heterônoma, apenas às convenções coletivas de trabalho. Isso circunscreveria a chamada "redução de direitos" a pactos por categoria econômica, não fazendo da mão-de-obra fator de competitividade entre empresas do mesmo ramo. Isso, lamentável e forçosamente, passaria a acontece pela via de acordos coletivos, formalizados nos termos do § 1º do art. 611. da CLT. Assim, não se lograria o objetivo de competitividade macroeconômica da proposição (a redução do chamado "custo Brasil"), mas a consagração, sob o manto da normatização autônoma privatística, do capitalismo selvagem em todo o seu paroxismo.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2002. – **Heloísa Helena.**

PLC Nº 134/01

EMENDA Nº 2

Altera o art. 1º do PLC nº 134/01, para acrescentar o § 3º ao art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452/43:

"§ 3º As Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho que restringirem direitos assegurados em lei ao empregado deverão observar, além do disposto no art. 612 desta Consolidação, as regras fixadas pelo Tribunal Superior do Trabalho para o ajuizamento e o conhecimento de Dissídio Coletivo de Trabalho."

Justificação

O art. 612 da CLT estabelece critérios mínimos para a validade de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, especialmente no que se refere ao **quorum** de comparecimento e votação dos associados da entidade sindical.

Por seu turno, a Instrução Normativa nº 4, de 8 de junho de 1993, do Tribunal Superior do Trabalho, fixa parâmetros para o ajuizamento de dissídio coletivo, impondo exigências que constituem pressupostos para o regular trâmite da demanda.

Cuida-se, com a presente emenda, de trazer para o âmbito das negociação coletivas a garantia de validade asseguradas pela observância do balizamento lançado pelo TST, com o fito de evitar futuras demandas de natureza coletiva, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e do próprio Tribunal Superior do Trabalho.

Cumpridas as formalidades previstas na referida Instrução Normativa do TST como decorrência da alteração ora proposta, restara assegurada a efetiva manifestação da vontade das partes envolvidas na negociação, imprimir do maior legitimidade às entidades sindicais que as representam.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2002. – **Heloísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Benício Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encerra-se a semana e não posso deixar de manifestar a minha preocupação, não apenas a Minas e aos mineiros, como também aos brasileiros, com o papel da instituição parlamentar no que se refere à segurança no País.

De um momento para o outro, o Brasil, e particularmente São Paulo, foi praticamente contaminado pelo sentimento de insegurança, de ausência dos mecanismos governamentais e de uma consciência da sociedade no sentido de preservar a vida dos cidadãos. Os numerosos projetos que circulam na Câmara e no Senado estão sendo examinados por uma Comissão Especial, designada pelas Lideranças e pelas Presidências das duas Casas, sem que haja, por parte da sociedade brasileira, a convicção de que teremos decisões claras, objetivas e imediatas sobre o problema da segurança.

A verdade, Sr. Presidente, é que esse assunto passou a ocupar a mídia brasileira e a consciência da sociedade deste País.

A semana está se encerrando, morna, sem um sentimento de objetividade no trato dessa matéria. A Comissão é constituída de Parlamentares que efetivamente percebem a profundidade e a dimensão do problema. Presume-se que os membros desta Comissão tenham a capacidade de perceber que tão grave quanto a insegurança no País é a descrença da sociedade brasileira no sentido de que o Congresso

possa apontar imediatamente algumas soluções, melhorar os mecanismos de segurança, para que os governos, nos níveis municipal, estadual e federal, possam combater a violência e dar uma demonstração efetiva de que os cidadãos brasileiros estão amparados pela ação do Estado.

Sr. Presidente, quero limitar-me apenas a uma questão: é preciso investir imediatamente nas polícias militar e civil. Refiro-me à questão salarial. Em alguns Estados, esses vencimentos já se tornaram razoáveis, porém absolutamente insuficientes para que o policial possa levar uma vida digna, com um mínimo de conforto e dignidade no exercício da sua função.

A primeira decisão a ser tomada há de referir-se especificamente ao investimento no policial e, com isso, melhorar o salário de todos os componentes da instituição.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, é que estou aqui para dizer – e ouso dizer que falo em nome de Minas Gerais, cuja população é de 18 milhões de habitantes nas quase 900 cidades; portanto, posso dizer que falo em nome do Brasil – que a questão salarial dos policiais militares é um assunto muito sério.

Estou aqui para manifestar a minha inconformidade. A verdade é que o Poder Público está investindo no treinamento de policiais militares – e até civis – para uma atividade chamada de "bico", trabalhar também em empresas de segurança e afins, sendo que são militares pagos pelo Estado. Mas, para que possam viver, buscam atividades congêneres no setor privado.

Em uma palavra: o Estado está viabilizando, construindo, buscando e treinando policiais militares, que servem também ao setor privado, a empresas de segurança e até a famílias deste País.

Por isso mesmo é que venho manifestar desta tribuna a minha estranheza pela falta de objetividade da Comissão designada para tratar desse assunto. Ela deveria estar aqui hoje, sexta-feira; amanhã, sábado, e depois de amanhã, domingo, olhando para o Brasil e vendo claramente que a sociedade brasileira está inquieta e, ao mesmo tempo, não acredita que o Congresso possa vir a desenvolver algum projeto a respeito do assunto.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Nobre Senador Francelino Pereira, seguramente esta Casa e todos os membros do Congresso Nacional comungam com V. Exª as preocupações que atualmente tomam conta da família brasileira relacionadas a sua própria segurança. Efetivamente, qual é o pai de família que tem a segurança de saber que seu filho irá à noite para a escola, para um cinema ou para qualquer mister e voltará para casa com a sua integridade física preservada? O crime está banalizado no País. A escalada da violência atingiu índices nunca vistos. V. Exª tem razão: não é a inexistência de legislação pertinente que tem permitido o crescimento da criminalidade. O arcabouço jurídico atual é suficiente para delinear e reprimir a criminalidade. O que está faltando são mecanismos para a execução das tarefas concernentes aos órgãos incumbidos de garantir um preceito consagrado na Constituição, que é o da garantia da segurança ao cidadão conferida pelo Estado. V. Exª aborda um aspecto muito importante: o dos recursos humanos. Seguramente, é o mais importante. Precisamos ter, efetivamente, uma polícia motivada, treinada e devidamente equipada.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – E bem paga, bem remunerada.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Bem paga, bem remunerada. V. Exª tem toda razão quando discorre sobre a pontuação da questão relativa aos recursos humanos, notadamente com relação a sua remuneração. Concordo plenamente com V. Exª. Espero que possamos, juntos, dar uma contribuição para que o País encontre o caminho definitivo para conter o crescimento do crime organizado e possamos oferecer definitivamente ao cidadão brasileiro a segurança de que ele precisa para o exercício pleno da cidadania. Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Muito grato a V. Exª pela manifestação pelo Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, quero dizer que se buscam aqui soluções no sentido da junção da Polícia Militar com a Polícia Civil.

Não acredito nessa solução. Primeiro, porque ela é lenta. Segundo, porque se trata de instituições diferentes que, visando os mesmos objetivos, têm concepções não tão adequadas ou ajustadas.

Defendo a integração e não a fusão das Polícias. Eu não quero que as Polícias Militar e Civil de Minas Gerais sejam fundidas e colocadas num só painel. O que desejo é que haja uma integração maior em todos os Estados e que nós, no Congresso, limitemos imediatamente esse debate ao problema do salário dos policiais militares. Eles estão vivendo miseravelmente, na pobreza, no abandono, e, como convivem com o crime, com a agressão à legislação, conse-

qüentemente estão próximos do mal e longe do bem. Muitos, não recebendo salários condignos, acabam participando de crimes, como está acontecendo e aconteceu há pouco, em Belo Horizonte, na questão dos combustíveis.

Por isso mesmo manifesto a minha preocupação, na expectativa de que, na próxima semana, a Comissão que foi designada mostre ao País que é capaz, que tem competência e respeito pela sociedade brasileira para apontar soluções e indicar caminhos para os diversos níveis de Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, estamos vivendo, nesses últimos dias, o clímax da vida partidária em torno da escolha dos candidatos à Presidência da República. É natural. Os prazos estão-se esgotando, e os Partidos procuram, primeiro, escolher um candidato e, segundo, fazer as composições com outros Partidos que melhor lhes aprouver, para dar mais força ao seu candidato.

Temos visto até situações estranhas. Noticiei que seria candidato à Presidência da República e a imprensa quis fazer um exame de como eu governaria. Aí, perguntou-me um jornalista: "Quem seria o seu Ministro da Fazenda?" Eu disse: "José de Alencar, porque é um empresário que tem história, é essencialmente um empresário, não tem comércio, não tem prédio, não tem banco, tudo que ganha investe, e é o tipo de homem que acho positivo."

Agora, vejo que o PT e o Lula convidam José de Alencar para ser o seu candidato à Vice-Presidência. Acho perfeito, acho que todo mundo está com inveja do Lula porque ele escolheu um grande candidato, muito competente, muito capaz e que, além de unir os empresários com os trabalhadores, une os grandes colégios eleitorais de Minas Gerais e São Paulo.

Já não avanço quando vejo, nos jornais, o meu querido amigo e Presidente do PT, José Dirceu, dizer que de há muito tempo o PT é um Partido de centro ou, quando muito, de centro-esquerda; quando vejo o meu querido amigo, José de Alencar, dizendo que estão se preocupando com o Lula, mas que ele próprio é muito mais afirmativo que o Lula, e quando os vejo sentarem-se à mesa. Agora, dizer que a identidade do Partido Liberal – cujo nome já diz tudo – é igual à do PT é algo realmente muito diferente. Mas respeito. Isso demonstra esforço, e o Lula tem dito com todas as letras que essa eleição ele quer ganhar. É verdade que acho que, para ganhar, não se podem fazer muitas concessões, tem que se manter a linha. A equipe do Lula cometeu um equívoco ao vetar que o Dr. Ulysses subisse no seu palanque, no segundo turno. Esse é um erro grave que, tenho certeza, ele não repetiria.

Por outro lado, há o Ciro Gomes com o PDT, o PTB e o PPS, antigo Partido Comunista, que no seu programa partidário diz ser marxista. Inclusive, amigos nossos do antigo PMDB, quando estavam no Governo, privatizaram a companhia de energia elétrica e a companhia telefônica, e extinguiram a Caixa Econômica Estadual e o BRDE, criações do Dr. Brizola. Agora, estão no PPS, um partido marxista, e fazem entendimentos e acordos em busca de uma solução.

Há também a Drª Roseana, com a competência do comando do PFL. Quem imaginaria, há algum tempo, o PFL com candidato à Presidência da República? Tínhamos certeza de que o PFL era um partido composto para ser sempre Governo, fosse qual fosse o Governo, sendo sempre um partido aliado, jamais com uma candidatura para disputar a Presidência da República. E foram buscá-la onde menos se imaginava: no Nordeste – quando o grande eleitorado está no Sul – e na pessoa de uma mulher, que, com a sua competência e com publicidade, está despontando e crescendo.

Há o Garotinho, Governador do Rio de Janeiro, com o Partido Socialista do Arraes, debatendo e lutando para ter uma candidatura e para apresentá-la.

E o nosso PMDB? É maior do que todos esses partidos, pois conta com mais parlamentares, prefeitos, diretórios municipais e com o dobro de filiados que tem o partido que está em segundo lugar; tem mais tradição, biografia, e tem história!

Quero alertar as bases do PMDB: você, vereador; você, dirigente municipal, deputado estadual; você, que é membro de diretório, convém que entenda que tudo que as manchetes dos grandes jornais e a mídia de rádio, jornal e televisão estão publicando não corresponde à realidade. O PMDB não dará o vice da Roseana ou do Serra, porque de todos os partidos que estão escolhendo candidatos, o único que já fez uma convenção que determinou que haveria candidatura própria foi o PMDB. Na convenção, compareceu o maior número de membros filiados com direito a voto e, desses, 98,7% disseram: "Queremos candidatura própria".

Temos uma prévia marcada para o dia 17 de março e, depois, uma convenção extraordinária para consolidar essa prévia. Mas é importante que você,

que está me escutando em qualquer Município, avise ao vereador do PMDB que, no dia 17, ele terá que sair de sua cidade e ir até a capital, porque, em cada Estado, só existirá uma urna e ficará na capital. No entanto, vale a pena, porque isso significa que a escolha não será de cúpula, de comando. O Partido estará dando às suas bases o direito de escolher quem será o candidato. Você, vereador, pense nisso. Prepare a sua roupa, pegue a sua passagem. Se tiver carro, vá de carro; se não tiver, vá de carona, mas, você vereador, você prefeito, você deputado, você que tem direito a voto na prévia – 15 mil têm esse direito – vote no dia 17. Vá à capital, vá à sede, lá haverá uma urna onde você poderá depositar o seu voto. O resto não é verdade.

Como pode um líder do nosso partido estar negociando com o PSDB a possibilidade de fazermos uma composição segundo a qual o PSDB ficaria com a Vice-Presidência? Como pode fazer isso se a decisão é de candidatura própria, é de ter candidato próprio? Por cima de quem ele está passando? Qual é a autoridade, qual é a credibilidade que ele tem para sentar-se à mesa com o Serra convidando-o para ser o vice? Ele está faltando com a verdade. Ele pode dizer o contrário: – Serra, você quer ser vice-candidato do PMDB? Porque o PMDB já tomou a decisão de ter um candidato próprio à Presidência, e o PSDB não o fez".

Um outro Líder, que foi almoçar com a D. Roseana, ofereceu-lhe o cargo de vice. Tenho muito carinho pelo Dr. Sarney, ex-Presidente da República. Fui seu Ministro – embora indicado pelo Tancredo –, mas, no prazo inicial, fiquei com S. Exª. Respeito-o. Acredito até que ele, como pai, tem uma posição a favor de sua filha. Nem se pode pensar diferentemente. Mas não tenho conhecimento de que haja algum outro parlamento do mundo onde o pai de um candidato, mesmo sendo de outro partido, diga que vai assumir o comando, que vai almoçar com o presidente do partido para convencê-lo a votar na filha porque isso é melhor para o PSDB. Por que é melhor para o PSDB? O melhor para o PSDB é a candidatura do PMDB.

Dizem alguns Líderes que o PMDB não tem candidato em condições. O PSB foi buscar o Garotinho, uma figura que, se ouvirmos o que o Dr. Brizola diz dele – com o que eu não concordo –, vamos ficar surpresos. O Dr. Brizola e outros foram buscar o Ciro Gomes, homem que foi Governador do seu Estado sei lá por quanto tempo e teve uma passagem pelo Ministério da Fazenda. O PSDB escolheu o Serra. Foi um importante Ministro da Saúde, houve muitos fatos favoráveis a ele, mas está provado que os desígnios não estão do lado dele. Por que sair do Governo agora? Ele poderia ter deixado para sair em março e até lá tentar resolver o problema da dengue. Ele sai do Governo, deixando uma gravíssima crise de saúde no País para ser candidato! Na minha opinião, ficaria muito melhor se ele arregaçasse as mangas e fosse fazer o máximo possível até o último dia da desincompatibilização. Depois, seria candidato.

Será que o PMDB não tem ninguém a essa altura? Alguém que se compare a essas pessoas? Temos o Presidente Sarney, que foi Presidente da República e Governador. Não pode ser candidato pelo PMDB? Temos o Itamar Franco, que foi Presidente da República e é Governador de Minas Gerais. Esse não tem condições de ser candidato? Como é que o PMDB vai com o Itamar? Como é que o PMDB vai com o Sarney? Temos o Requião, que foi Prefeito de Curitiba e Governador do Paraná. Não pode ser o candidato? Temos o Iris Rezende, duas vezes Ministro, duas vezes Governador de Goiás. Não pode ser candidato? Será que um partido com o quadro do PMDB não tem candidato? Temos o Jarbas Vasconcelos, Governador de Pernambuco, prefeito de Recife, que, ao invés de estar fazendo esse papel triste de agora, poderia ser candidato. Primeiramente, cogitou-se que poderia ser o vice do Serra. Agora ele próprio defende que o PMDB abra mão também da vice para que o PSDB possa oferecer ao PFL. Não poderia ser ele o candidato? O que a D. Roseana, o que o Serra, o que o Garotinho tem que não tem Jarbas Vasconcelos?

Essa afirmativa de que o PMDB não tem nome fica mal na boca dos Líderes. Que Líder é este que desmoraliza, que humilha a sua gente? Que general é este que desmoraliza a sua tropa? Parece que estão a serviço de uma legião estrangeira, mas não a serviço de seu Partido.

Olha, o PMDB tem história e tem biografia. É verdade que estamos num momento de pouca sorte. O nosso Líder na Câmara veio da antiga Arena; seu pai foi Secretário do Antonio Carlos. O nosso Líder aqui no Senado, foi o Líder do Collor. O nosso presidente da Fundação Ulysses Guimarães foi Prefeito da Arena, em Niterói; a primeira vez que se candidatou a Governador foi pela Arena, no Rio de Janeiro. O Dr. José Sarney é pai da Roseana. E é essa gente que está comandando o processo. Parece até que é uma legião estrangeira que ficou na frente do PMDB na hora de comandar o processo. Há, portanto, uma verdadeira rebelião. As bases terão que se impor a essas lideranças. Duzentos e cinqüenta pessoas assinaram o pedido de uma convenção extraordinária. Por quê? Porque há dúvidas em relação ao que a Executiva vai

fazer, porque, uma hora, ela declara que não haverá prévia, outra hora diz que sim. Tentou-se fazer a prévia. Colheram assinaturas. O Estatuto do Partido é muito claro: um terço de assinaturas determina convocação da Assembléia Extraordinária.

Mas, à margem da convenção extraordinária, o importante é que terá uma prévia no dia 17. E os Líderes não poderão fugir. Podem até tentar boicotar, não dar **quorum**, mas não vão poder fugir.

E tem mais, Sr. Presidente. Se não houver a prévia, deve haver uma convenção. Todos os Partidos políticos, de acordo com a Lei Eleitoral, terão que fazer uma convenção no primeiro semestre, precisamente na primeira quinzena de junho. E, na convenção do PMDB eu, pelo menos, já sou candidato. Vou disputar! Vou disputar com o Serra, com a Roseana, com seja lá quem for. Mas, para apoiar o candidato de outro Partido, eles terão de derrotar a candidatura própria do PMDB.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Pedro Simon, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Pedro Simon, V. Exª sempre prima, tanto quanto possível, pela objetividade. A objetividade diz respeito ao dia-a-dia, aos fenômenos políticos e econômicos que zombam das nossas profecias. Imaginei que V. Exª fosse à tribuna para dissertar não sobre estratégias diversas dentro das instituições partidárias, mas principalmente a respeito de problema urgente que determinará modificação nas ações partidárias brasileiras. Imaginei que V. Exª viesse falar – e tenho certeza de que o fará, porque V. Exª prima pela objetividade – que, no próximo dia 5, o Tribunal Superior Eleitoral divulgará as normas para a realização das próximas eleições. O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, já declarou publicamente – e particularmente aos Líderes partidários que compareceram individualmente ou não ao seu gabinete – dando sempre a entender que as normas deverão ser relativamente fechadas. Em outras palavras, se dois partidos fizerem coligação no plano nacional, essa coligação valerá não apenas para a cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul, mas para todos os Estados brasileiros. Esse é um assunto da maior gravidade, da maior responsabilidade. Em agosto do ano passado, o Deputado Miro Teixeira fez uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral e ela está nas mãos do Presidente do Tribunal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em agosto do ano passado! O Tribunal Superior Eleitoral poderia ter decidido sobre esse assunto em setembro do ano passado! Deixou, propositadamente, para agora.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – O Ministro Nelson Jobim está com essa consulta em mãos e terá de decidir sobre o assunto. S. Exª é um homem competente, inteligente. Mais do que isso, é um homem público lúcido, que gosta de tomar decisões que, efetivamente, surpreendam o País do ponto de vista da objetividade e da normalidade democrática. Estamos na expectativa de que, no próximo dia 5, o Tribunal Superior Eleitoral expeça as normas para a realização das eleições, modificando totalmente as diligências, os entendimentos e as resultantes da ação partidária no que tange às convenções e à escolha dos candidatos. Esse é um assunto da maior gravidade e da mais premente atualidade. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que desconte a minha resposta a esse aparte do meu tempo, porque o assunto é da maior importância e fujo do meu problema para tratar dele. Tenho certeza de que o Senador Leomar Quintanilha haverá de compreender o tempo a mais que usarei aqui.

Senador Francelino Pereira, V. Exª veio a esta tribuna e não tratou desse assunto, mas do problema da segurança, que considerou muito importante. Eu só não tratei da questão da segurança – está aqui – porque V. Exª tratou. Deixei para uma outra oportunidade.

A respeito dessa comissão que foi instalada para tratar da questão da segurança, quero mostrar que eu já havia solicitado, no dia 28 de junho do ano 2000, a criação de uma comissão exatamente com a mesma finalidade. Eu havia pedido ao Presidente Antonio Carlos que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania criasse uma comissão exatamente para fazer o que essa vai fazer, há dois anos. O requerimento não saiu da gaveta da Presidência. Enviei um documento ao Dr. Antonio Carlos pedindo uma reunião urgente, no Senado, sob a Presidência dele e do Presidente da Câmara, com a participação de todos os Governadores e do Governo, para discutirmos a questão da segurança, apoiando-nos no plano que o Presidente tinha lançado naquele momento. Eu achava que a questão era tão grave, tão importante, tão significativa que tínhamos que ter um esboço do conjunto. Porque, naquele plano, não se sabia o que o Presidente ia fazer, o que ia deixar para o Governador, etc. Mas eu farei esse discurso logo mais. V. Exª tem razão, o assunto é muito importante.

Em tese, até vejo com simpatia a idéia do Ministro Nelson Jobim. Temos que marchar para partidos

consolidados. Temos que marchar para blocos fechados. E que bom será o dia em que tivermos uma aliança em Brasília e uma aliança em cada Município. Isso será ótimo. Sou totalmente favorável a essa situação. Perdoe-me a franqueza.

Agora, na véspera? E ele recebeu o documento em agosto e o deixou na gaveta o final do ano inteiro! Se ele tivesse levantado a tese, poderíamos ter feito uma legislação! Teríamos tido tempo para fazer uma legislação no ano passado – compete a nós fazer a legislação, não a ele. Então, não quiseram resolver isso, porque se tivessem querido, teriam mandado um ofício sobre o assunto. Mas não fizeram nada; guardaram na gaveta.

E agora apresentam um projeto, quando as alianças e os entendimentos já estão feitos, querendo mudar, da noite para o dia... E o Dr. Brindeiro está hoje, com muita felicidade, expondo as razões pelas quais era contra. E uma delas é exatamente essa.

E a antecedência de um ano que é necessária para alterar a legislação eleitoral? E esse ponto é básico na Lei Eleitoral. Trata-se de uma mudança, não se trata de uma questão adjetiva, de alterar a urna, etc. Muda-se todo o caráter da eleição. E a lei diz que para fazer isso é necessário um ano de antecedência. Cadê o ano de antecedência? Com toda sinceridade, acho que isso vai servir de experiência, de muito boa experiência, para discutirmos. E sou um dos que estão dispostos, no ano que vem, a sentar à mesa para discutir essa matéria, dentro da lei partidária, que já debatemos, analisamos.

Temos que ter uma lei partidária em que se respeitem as minorias, mas com conteúdo de seriedade e de profundidade. Nessa lei, acho que se devem disciplinar as alianças. E não o Tribunal, à última hora, às vésperas. E quando há uma decisão – o que é pior – pela qual a imprensa já diz que é a favor da candidatura do Serra. Não sei nem se é verdade ou mentira, mas foi tomada essa decisão. A imprensa noticia, essa é uma solicitação que soma para o PSDB e para a candidatura de Serra. Não sei se respondi a V. Exª.

Volto ao meu PMDB para dizer apenas o seguinte, Sr. Presidente: um Líder disse que o Pedro Simon está querendo ir acima do que pode ser. Não tenho a vaidade, Sr. Presidente, de ir buscar a Presidência da República. Com 72 anos de idade, 43 anos de mandatos sucessivos, não tenho por que buscar a Presidência da República. Penso que essa é uma missão muito mais de sacrifício do que de satisfação pessoal. Por isso, não estou nessa campanha pela candidatura do Pedro Simon. Tanto que digo aos Líderes que não tenho nenhum problema em sair dela. Se se reunirem e chegarem a um grande entendimento, determinando qual será o candidato – desde que seja um dos nomes que tenham credibilidade –, se se reunirem e disserem que o candidato é o Requião, não terei nenhum problema em aceitar.

O que não posso aceitar é que se esteja alugando a sigla do PMDB em troca de tempo – porque os seis minutos do PMDB serão muito importantes para quem ele apoiar. Os seis minutos do PMDB no rádio e na televisão são um fator do maior significado. O PMDB, sozinho, tem tempo igual, praticamente, ao de todos os outros candidatos. É claro que, somando-se o tempo do PSDB mais o do PMDB, ou o do PFL mais o do PMDB, chega-se a um espaço de tempo que é o dobro do dos outros candidatos.

Usa-se o argumento de que os candidatos do PMDB não aparecem nas pesquisas. Mas o próprio Serra declara que não aceita dizer que, se até junho não despontar nas pesquisas, ele vai sair da disputa. Ele já deixou bem claro, já disse com todas as letras que não aceita isso. Porque, disse ele, as pesquisas vão valer a partir do horário eleitoral gratuito, quando ele puder falar no rádio e na televisão. Concordo plenamente com ele. O fato de o Serra, até maio, junho ou até se iniciarem os programas gratuitos de rádio e televisão, não despontar nas pesquisas não quer dizer que ele não possa despontar quando do debate, por dois meses, ao vivo, no rádio e na televisão.

Vejam o meu caso, por exemplo: desde que me lancei candidato à Presidência da República, ou que fui lançado candidato, a grande imprensa ignora a minha candidatura, à exceção da revista **IstoÉ**, que fez uma bela reportagem sobre mim. Mas, em tese, não divulgam nada a meu respeito. Nas pesquisas, não consta o meu nome. Se temos de escolher dentre os candidatos que são apresentados pela mídia, o Serra não poderia ser candidato. O PMDB não poderia ter candidato. A disputa ficaria entre os dois marqueteiros: hoje, entre o Lula, do Duda Mendonça, e a D. Roseana. Não tenho medo disso.

Não tenho medo de ter zero nas pesquisas, porque penso que, se tivermos candidato próprio e dispusermos de seis minutos no rádio e na televisão, vamos fazer a nossa parte, vamos desenvolver a nossa missão. Vamos dizer, primeiro, o que é o PMDB, vamos apresentar a sua história, pois não há, no Brasil, na biografia dos partidos políticos, nenhum outro que tenha prestado um serviço tão grande à Pátria. Foi o PMDB que iniciou os movimentos pela anistia, pela eleição direta, pela Assembléia Nacional Constituinte, pelo fim da censura, pelo fim da tortura; foi o PMDB que fez o comando de todas essas teses, que se reu-

niu numa convenção e decidiu: "Estas são as teses". Levou-as adiante, e elas foram vitoriosas.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Exª me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço-lhe um minuto apenas, Senador Bernardo Cabral. Ainda há pouco, por um aparte do Senador Francelino Pereira, o ilustre orador, Senador Pedro Simon, pediu que a Mesa descontasse o aparte que havia concedido. O aparte concedido integra o tempo do orador; todavia, S. Exª pediu que fosse descontado.

Agora, pergunto ao orador se concede o aparte, incluindo-o no seu tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Incluo-o no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tempo que, aliás, já se excedeu por 10 minutos, apesar do desconto já feito do aparte do Senador Francelino Pereira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, repare V. Exª que, ontem, o ilustre Líder do PSDB pediu a palavra para uma comunicação de liderança e se dirigiu para a tribuna. Havia quatro oradores inscritos para falar, e, inclusive, o Senador do Rio de Janeiro já tinha sido citado. Mas o assunto era tão importante, tão significativo, que o Presidente do Senado – o Senador Ramez Tebet estava presidindo a sessão – deixou-o falar por uma hora e quinze minutos. Então, V. Exª não está fazendo uma violação inédita na história da Casa, mas sim está usando sua tradicional fidalguia, que é também a fidalguia da Mesa na condução dos trabalhos, principalmente quando se trata de uma sexta-feira tranqüila, serena, quando estamos aqui – por que não dizer – até para manter a tradição e a história do Senado, com o maior prazer.

Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Pedro Simon, eu estava fora do plenário, ouvindo o seu discurso. Quando V. Exª falou sobre a Comissão que havia sugerido para tratar dessa matéria, percebi que o Plenário ficou calado, ou seja, ninguém confirmou suas palavras. Estou interrompendo V. Exª para confirmá-las em sua plenitude.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Infelizmente, o Presidente da Comissão não era V. Exª, mas sim o Senador José Agripino.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Em 2000, quando se tratou do projeto Operação Mãos Limpas, em virtude de requerimento de V. Exª, houve uma reunião com juristas italianos. No auditório lotado, V. Exª fez um de seus mais brilhantes discursos sobre essa matéria. Disse, na ocasião, que o Brasil precisava corrigir esses senões. O País tardou em fazer isso. Hoje, há uma Comissão presidida pelo nosso Colega Senador Iris Rezende, que por certo receberá aquelas manifestações que eu próprio vou encaminhar a S. Exª – elas foram publicadas em avulsos –, para que o País faça-lhe justiça, Senador Pedro Simon. Não é possível que fiquem esmaecidos no pensamento do povo brasileiro aqueles que trabalham, aqueles que com seriedade vêm para a vida pública, a exemplo de V. Exª. Ouvi V. Exª, qual bom samaritano, afirmar que está entrando numa campanha, contra a discordância de alguns, a inveja de muitos e a leniência de tantos, quando V. Exª é um fundador do PMDB. Quero cumprimentá-lo e fazer este registro histórico. Sei que o Presidente não vai descontar o tempo do meu aparte, porque ele é apenas um registro histórico. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Bernardo Cabral, fico emocionado com o pronunciamento de V. Exª, mas faço questão de dizer que, realmente, foi um grande trabalho, porque V. Exª, à frente, na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, levou-o adiante, conseguiu, junto à Mesa do Senado, as condições para que os Procuradores viessem da Itália. V. Exª entendeu o assunto e deu a força que ele merecia. Lamentavelmente, depois que V. Exª deixou a Presidência, não se deu continuidade ao trabalho, visando à criação de uma Comissão para fazer o debate que se vai travar agora.

Mas, Sr. Presidente, o PMDB tem história, tem biografia. Está presente o Senador Iris Rezende, que não estava aqui quando eu disse que os nossos Líderes alegam que o PMDB não tem nome para ser candidato a Presidente da República. Mas quem tem um Iris Rezende... O que D. Roseana Sarney tem mais do que Iris Rezende? O que o Serra tem mais do que Iris Rezende? O que o Garotinho tem mais do que Iris Rezende? O que o Ciro tem mais do que Iris Rezende? No Partido, há uma infinidade de nomes, como Iris Rezende, José Sarney, Roberto Requião. Repito isso em homenagem a V. Exª, que agora nos honra com sua presença. E não se diga que estão aí somente os três, Simon, Itamar e Jungmann, porque, até o dia 10 de março, pode registrar-se candidatura!

Eu disse que o PMDB tem história e defendo que o meu Partido deve ir para essa campanha. O PMDB – tenho repetido – foi heróico até a eleição do Dr. Tancredo. Desde a sua morte e a posse do Dr. Sarney, o PMDB parece estar num congelamento, num sono letárgico do qual temos que acordá-lo, para que volte a ser o que era. E a hora é esta!

O PMDB deve apresentar uma proposta do ponto de vista da ética, para terminar com a irresponsabi-

lidade, com a impunidade permanente. No campo global, deve mostrar as nossas diferenças. Também achamos que o mundo é global e que o Brasil tem que se integrar nele, mas não como dizia o nosso Presidente, no neoliberalismo de lá, aceitando que este resolveria os problemas econômicos e sociais. O próprio diretor do Tesouro americano disse que são um absurdo os juros que cobram do Brasil, e não fazemos nada. É preciso fazer uma proposta clara. É preciso não calotear a dívida, mas se deve chegar lá e dizer: não pode ser assim. Se o americano rola a sua dívida a 1,5%, se o japonês o faz a 2%, por que temos que rolar a nossa dívida com base nesses números absurdos? É necessário apresentar um projeto em nível internacional. Temos fome, miséria. Estamos vivendo quase uma revolução social. Baseada na insegurança? Sim, mas a insegurança é levada pela fome, pelo desemprego, pelo que está acontecendo.

Precisamos de um projeto social iminente, urgente. Para isso, em vez de pagar US$120 bilhões de juros, vamos pegar US$30 bilhões e equacionar o problema social, mesmo que, depois, tenhamos que pagar a dívida com mais prazo.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Exª me concede um aparte, com a permissão do nosso Presidente?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com muito prazer, Senador Iris Rezende, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Meu caríssimo Senador Pedro Simon, lamentavelmente, não tive o privilégio de ouvi-lo desde o início do seu pronunciamento, porque, toda vez em que V. Exª assoma à tribuna, esta Casa ganha, o Brasil ganha, porque é a voz da experiência, da competência, da sensatez, da lealdade com o seu País, com a Casa, com o seu Partido. Mas tive o privilégio ainda de tomar conhecimento da homenagem que V. Exª me prestou da tribuna, nesta manhã. É claro que há uma dosagem muito grande da generosidade de V. Exª e da amizade que nos une. Devo manifestar meu profundo respeito pelas advertências que faz V. Exª em relação ao PMDB, primeiramente mostrando que o PMDB tem a sua história, o seu papel e, por outro lado, a sua responsabilidade nesse contexto político nacional. O PMDB, ao assumir uma posição, deve fazê-lo com muita responsabilidade e prudência, porque é um Partido que representa milhões e milhões de brasileiros que um dia puseram suas assinaturas nas fichas de filiação, e toda vez que aparece uma pesquisa de opinião sobre preferência de partido o PMDB está lá em cima. Como um grande partido, o PMDB é constituído de seres humanos, está sujeito a erros e tem errado. V. Exª sabe disso. Mas não pode continuar a persistir no erro. Eu levaria aqui quase uma manhã a descrever sobre os erros do PMDB, mas seus acertos são maiores. Esse partido representou a ferramenta maior na luta contra a ditadura, o Brasil inteiro sabe disso e a juventude brasileira precisa saber que, quando muitos se acomodavam no exílio e à sombra da ditadura, um grupo de pessoas, homens e mulheres jovens, fundavam o PMDB e faziam dele uma luta pela liberdade e pela redemocratização. Lembro-me bem, ilustre Senador, quando daquela disputa em que representou o PMDB o Dr. Ulysses Guimarães, ocupando o Ministério da Agricultura e impulsionado por alguns companheiros, fui até a convenção disputar uma chapa, porque a cúpula do PMDB se negou a nela colocar o nome dos ministros. Éramos nove. Tivemos que lançar uma chapa própria e lutar para conseguir os 20% a fim de que integrássemos o Diretório Nacional. Qual não foi a surpresa ao conseguirmos 42%. Mas daí para a convenção, que estava próxima, foi aquele entusiasmo para que alguém da chapa disputasse a presidência. Eu, modéstia à parte, bem sucedido no Ministério da Agricultura – um ano antes V. Exª havia preparado uma estrutura excepcional naquele ministério, e eu, indiretamente, tirei proveito disso porque, com o Ministério bem estruturado, tudo foi dando certo – fui disputar a convenção. O povo da rua, naquela época, traumatizado pela morte de Tancredo Neves no dia da posse, praticamente – porque ali se inviabilizou a sua posse – não queria votar em pessoa idosa. Sentíamos isso nas ruas. Manifestei essa preocupação a V. Exª, quando Governador do Rio Grande do Sul; fui a São Paulo e falei com Orestes Quércia, que àquela época, seria eleito presidente da República sem sair do Palácio, tamanha a sua popularidade, a sua aceitação pelo governo que ali realizava. Mas ninguém nos ouviu. Para marcar presença, disputamos, e perdi no primeiro turno para Waldir Pires – parece-me que por 18 ou 20 votos. Mas perdi. Naquela época, tenho certeza de que o desempenho do PMDB seria outro, mas a cúpula não entendeu. Veio depois a candidatura de Quércia. Falei-lhe que não era a sua vez, que a imprensa havia provocado um estrago na sua imagem, que ele teria que se explicar primeiro à Nação. Não valeu. Estavam entendendo, quando eu recusava aceitação por parte da minha esposa como candidata a vice, que eu estava contra o PMDB. Não, não era isso. Concordei, quando estava no governo, que ela aceitasse. Disse a ele: não é a sua vez agora. E disse aos dois: não é a vez de uma chapa do PMDB assim encabeçada. Deu no que deu! Da vez anterior, partici-

pamos da eleição de Fernando Henrique. Entendi – daí dei-lhe o meu apoio – que não poderíamos partir para uma terceira eleição com um candidato que alcançasse um pequeno percentual de votos, até porque o candidato era um dos pré-candidatos de hoje, Itamar Franco, que, do exterior, não falava com uma pessoa sequer manifestando o seu interesse. Então, era uma pré-candidatura que não oferecia segurança, porque o próprio pré-candidato não falava com ninguém a respeito disso. Agora, hoje, temos dois ou três pré-candidatos: V. Exª, que tem o nosso respeito, o nosso carinho e o Governador de Minas Gerais, nosso amigo, Itamar Franco. De forma que essas questões não podem, agora – daí o meu aparte – ser decididas por dois ou três líderes do nosso Partido. Não! Essas questões têm que ser tratadas pelas lideranças como um todo, têm que ser levadas à convenção, que decidiu por estabelecer candidatura própria, realização de prévias, e política não se faz com brincadeira. Temos que, juntos, tomar uma posição que seja boa para o Brasil, que seja boa para o PMDB, pensando antes no nosso País. Manifesto a minha permanente admiração pelas posições de V. Exª, pelas lições políticas que vem dando a este País e aos homens públicos e, sobretudo, pela homenagem tão tocante que me prestou referindo-se ao meu nome nesta manhã de sexta-feira. Muito obrigado a V. Exª. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço a V. Exª que conclua o seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Iris Rezende. V. Exª fez um histórico muito importante, que é absolutamente exato. Nós só temos nesse histórico uma pequena divergência: eu fiquei com o Itamar na última Convenção. Se tivéssemos ido de Itamar Franco, ele teria ganho aquela eleição de Fernando Henrique – teria sido um grande Presidente! O maior erro histórico da vida política de Fernando Henrique foi a sua reeleição; foi ter jogado todo o seu prestígio na reeleição. Naquele momento em que fez a reeleição estava com credibilidade de 90%. Se tivesse usado isso para fazer a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma política, a reforma partidária, hoje seria um estadista e, muito provavelmente, estaria voltando agora como candidato a Presidente. Acho que ele cometeu um erro. E o PMDB, se tivesse ido com o Itamar Franco, teria acertado.

Digo apenas, Sr. Presidente, já que o meu tempo se esgota, com muita singeleza: falei na dívida externa e falei em nível interno num plano que seja verdadeiramente voltado para o social. Digo com todas as letras, agricultura como prioridade, agricultura familiar, um projeto que faça com que o Brasil realmente saia da posição de 100 milhões de toneladas, que era, praticamente, a da época de V. Exª, e parta para o grau de um País que tem as maiores reservas de áreas cultiváveis do mundo e a maior reserva de água doce do mundo. Mas temos que ter uma proposta nesse sentido. Um projeto como o da Itália; criar um banco como o Banco de Bangladesh para o povo, a fim de se criarem empregos, dar R$100, R$200, R$500, R$2.000 ou R$5.000 para que o cidadão marginal, com uma pequena máquina de costura semi-industrial, ou com uma pequena cozinha semi-industrial, se transforme num cidadão, passando a ser um microempresário e tenha condições de progredir. Acho que o PMDB tem que apresentar um projeto, uma proposta que seja sua, que seja a sua cara: "A nossa cara é esta aqui". O Brasil, depois da morte de Tancredo Neves, está cansado de ver Sarney, e não sei mais quem, e mais quem, e não sabe qual é a cara do PMDB, o que pensa o PMDB, qual é a história do PMDB, qual é a proposta do PMDB!

Isso eu acho que deve ser feito. Se eu for candidato, irei usar os seis minutos de televisão olho no olho. Podem o Sr. Dutra e o outro fazerem os programas mais espetaculares no campo de padrão Globo de qualidade, mas eu vou falar olho no olho. Vou dizer, vou conversar.

Eu garanto, meu amigo Iris, o PMDB pode não ganhar a eleição para Presidente – isso não dá para garantir –, mas sai como o grande Partido. Caso contrário, mesmo apoiando o Serra ou a Dona Roseana, não dá para dizer que ganha, e o PDMB sai como um ex-Partido grande. Faço um chamamento ao Dr. Renan; faço um chamamento ao nosso Deputado, querido Líder lá na Câmara dos Deputados; faço um chamamento ao Presidente do Partido, Michel: ainda é hora. Eles que assumam as posições de liderança que têm para se identificar com as bases. Eles que façam a convenção e as prévias, porque uma coisa eu garanto: se boicotarem as prévias, e elas não saírem, vai ter convenção em junho, onde eles serão fragorosamente derrotados. O PMDB vai ter candidato.

Por isso, você que está me assistindo, meu irmão, no rádio, na **TV Senado**, avise o seu amigo Vereador do PMDB, avise o seu amigo Prefeito: ele tem um voto. No dia 20 de março, ele tem que ir à capital do Estado, das 9 da manhã às 17h, e depositar o seu voto. Por enquanto é o Itamar, é o Jungmann e é o Pedro Simon. Mas, até o dia 10 de março, pode ser até que os governistas apresentem outros candidatos. Estarão numa cédula única, e você vai escolher o candidato do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Permitam-me V. Exªs uma explicação: nunca se diga que o Senador Pedro Simon não é um político dotado de grandes admiradores. S. Exª os tem, a partir dos 80 Senadores que junto com S. Exª compõem o Senado Federal.

Recordo-me, recentemente, Senador Pedro Simon, que recebi dois **e-mails** de admiradores seus, que não são sequer do Rio Grande do Sul, queixando-se comigo por ser muito exigente quanto ao tempo de V. Exª.

Quero dizer a V. Exª e a esses admiradores que não sou exigente. O Senador Pedro Simon agora, por exemplo, que teria direito a 20 minutos, falou por mais de uma hora. S. Exª nos encanta com sua palavra, com sua oratória e o seu verbo penetrante, mas precisamos cumprir a lei. A lei regimental estabelece 20 minutos, e não podemos abrir exceções. Todavia, S. Exª teve a exceção que desejou.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Edison Lobão, quando o jornal **Tribuna da Imprensa,** editado no Rio de Janeiro, completou 50 anos, eu ocupei a tribuna da Casa e fiz um longo discurso. Ainda que não tivesse qualquer outro valor, foi recheado pelos apartes dos eminentes Colegas, que o enriqueceram.

Eu traçava ali o perfil do que foi a **Tribuna da Imprensa** ao longo da sua existência, fundada por Carlos Lacerda e continuada pelo jornalista Helio Fernandes. Lembrava que, em 1967, quando era Deputado Federal, o jornalista Helio Fernandes fora banido para Pernambuco, cumprindo uma pena que não existia mais nos catálogos penais. Daí em diante, mostrei que ele era um candidato eleito no Rio de Janeiro, e acabaram impugnando sua candidatura para que não saísse vitorioso.

Mais recentemente, fiz um requerimento lembrando que a proposta havia sido aprovada, já em março de 2001, quando V. Exª, ao final dos trabalhos, exercia a Presidência. Àquela altura, eu lembrava que era preciso que resgatássemos a homenagem anteriormente aprovada, mostrando que o bravo Helio Fernandes estava com as cicatrizes orgulhosas do dever cumprido como jornalista. V. Exª, do alto da sabedoria da Presidência, declarou que no final de ano talvez não fosse necessário, nem oportuno marcar-se uma data, até porque a seguir viria o recesso e depois o Carnaval.

Tomo conhecimento de que V. Exª já determinou que, entre as comemorações que se deverão levar a efeito nos próximos dias ou semanas, basta apenas uma circunstância: que eu combine uma data com o jornalista Helio Fernandes e a comunique a V. Exª.

Agradeço a atenção que V. Exª dispensou ao meu requerimento e ao discurso, entrando em contato com a Secretaria-Geral da Mesa para aprazar essa comemoração.

Sr. Presidente, registro, portanto, os meus agradecimentos e informo a V. Exª que, ainda hoje, tomarei a iniciativa de telefonar ao jornalista Helio Fernandes para combinarmos uma data, em Plenário da Casa, na Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O relato de V. Exª corresponde à realidade dos fatos. A Mesa agora aguarda a indicação da data que V. Exª obterá nesse entendimento com o jornalista Helio Fernandes, para que possamos marcar o dia das homenagens que o Senado haverá de prestar a esse bravo jornal brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, e, em seguida, ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado nesta manhã para revelar algumas preocupações com o gerenciamento da malha rodoviária federal, particularmente em relação ao estado precário de conservação da rodovia Belém-Brasília. Efetivamente, a BR-153 é o principal eixo de ligação de regiões importantes. Liga Belém e o Pará, do nosso eminente Senador Luiz Otávio, ao Centro-Oeste, ao Sul deste País; liga uma vasta região, desde o sul do Maranhão, o sul do Pará, o Estado do Tocantins, o Estado de Goiás. Por esse eixo transitam os principais insumos de que a região precisa para sobreviver, para produzir e para inserir-se no processo produtivo deste País.

Dentre as agressões que a sociedade brasileira vem sentindo em todos os sentidos, o usuário da Belém-Brasília está experimentando uma agressão brutal. Há inúmeros veículos parados à margem da rodovia, com as suas rodas amassadas, com os pneus esvaziados, estourados, e famílias à beira da estrada pedindo por socorro em razão da multiplicidade de buracos que povoam esse trecho, principalmente o que está no território tocantinense. E o buraco no asfalto é muitas vezes, pior do que o buraco em uma estrada sem pavimentação asfáltica, onde fica relativamente abaulado e sente-se a pressão da ondulação.

O buraco do asfalto, por sua vez, forma uma quina cortante que amassa as rodas, estoura os pneus, causa prejuízos e provoca acidentes, às vezes, fatais. Pessoas morrem ao longo dessa rodovia, que merece e que precisa urgentemente ser socorrida.

A nossa luta pela recuperação da conservação da Belém-Brasília dura mais de 10 anos, e os trechos aqui e acolá são reparados, mas, quando chega o período chuvoso, as condições de conservação tornam-se precaríssimas.

Notadamente neste ano em que o volume de precipitação pluviométrica experimentou um aumento impressionante, a condição de conservação da rodovia piorou muito, ocorrendo, inclusive, o rompimento de trechos da rodovia Belém-Brasília, em várias ocasiões. Esse rompimento acaba obrigando os seus usuários a buscarem alternativas para a continuação da sua viagem. E o que ocorreu no Estado do Tocantins? Com o rompimento dessas barreiras, desvios que passaram a acontecer pelas estradas estaduais acabaram por danificar – e muito – essas estradas, dando um prejuízo muito grande ao Estado do Tocantins e aos Estados que oferecem essas alternativas, porque as estradas estaduais não foram nem concebidas e nem construídas para suportar o tráfego de veículos que utilizam a Belém-Brasília.

Hoje, com o avanço da tecnologia, há caminhões cada vez mais modernos, podendo tracionar mais, transportar um volume maior de cargas, inclusive com os ”treminhões“, que, até em um abuso das transportadoras e dos seus motoristas, acabam transportando 80 toneladas em um só veículo, danificando sobremodo as nossas rodovias.

Portanto, o alerta fica no sentido do policiamento, da fiscalização, para evitar que caminhões abusem do peso que é permitido transportar e, por isso mesmo, tragam conseqüências danosas a uma população intensa que vive e que depende basicamente do tráfego normal da rodovia Belém-Brasília.

Sabemos da aprovação do Projeto Crema, que vem dar um socorro e atender à demanda de recuperação desse trecho da rodovia Belém-Brasília e que vem em boa hora, mas já está atrasado. As empresas que já estão se instalando precisam agilizar os seus trabalhos, porque os prejuízos aumentam a cada dia, e vítimas estão povoando as margens da rodovia com os acidentes que as suas precárias condições têm provocado.

Assim, é importante que esse alerta fique não só para a fiscalização, para evitar o abuso de sobrepeso que algumas transportadoras estão fazendo, mas também para que as empresas encarregadas da recuperação da rodovia Belém-Brasília o façam com mais agilidade e comecem imediatamente uma operação tapa-buracos em uma rodovia que experimenta, hoje, um tráfego superior a 2.500 veículos por dia.

Imaginem a dificuldade e o sofrimento por que passam os usuários, principalmente os caminhoneiros que trafegam em rodovias em uma situação dessa!

Sr. Presidente, era esse o breve registro e o alerta que eu gostaria de fazer na manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2002

Nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, requeiro a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2002. – Senador **Renan Calheiros.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia após a manifestação do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Sr. Senador Mauro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o povo brasileiro está chocado com o avanço incontrolável da violência que toma conta da vida cotidiana, ameaça a cidadania, desafia as instituições, ridiculariza as autoridades, menospreza a justiça e desmoraliza completamente a imagem do País.

Em São Paulo, na segunda-feira passada, conforme noticiário e imagens chocantes mostradas pela

mídia, a organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC) promoveu, em vários presídios, um verdadeiro banho de sangue. Segundo o noticiário, foram treze assassinatos cometidos ao mesmo tempo nos presídios de Assis, Hortolândia, Ribeirão Preto, Sorocaba, no da zona leste da capital e no chamado Cadeião de Pinheiros. O saldo deixado pela fúria desumana dos assassinos foi macabro. Alguns dos sacrificados foram, inclusive, decapitados sem qualquer clemência. Enquanto isso, nas ruas da capital, os bandidos da organização assumiam sem qualquer temor a autoria de vários atentados a bomba cometidos na metade da semana passada. Os atos terroristas foram dirigidos contra a Secretaria da Administração Penitenciária, no centro de São Paulo contra o prédio do Instituto de Previdência do Município de São Paulo e contra o Departamento de Polícia localizado no edifício ao lado. Além da ousadia em atacar prédios públicos com bombas, inclusive ferindo pessoas inocentes que passavam pelos locais nos momentos das explosões e funcionários que lá trabalhavam, os bandidos deixaram faixas com dizeres ameaçadores endereçados ao Governo e assinadas pelo PCC.

E mais, os líderes do motim foram ainda mais ousados quando justificaram, sem nenhum remorso e com muito orgulho, o motivo dos crimes praticados. Segundo eles, a ação conjunta foi para comemorar um ano da maior rebelião de presos já verificada no País e que foi liderada pelo PCC. Em fevereiro de 2001, com a ajuda de telefones celulares, vinte e nove prisões e vinte e cinco mil presos, sob o comando do PCC, realizaram uma enorme revolta. Tudo terminou com um saldo de várias dezenas de assassinatos e prejuízos materiais consideráveis aos cofres públicos. Além disso, numa ameaça direta ao Estado, a organização criminosa aproveitou para desafiar as autoridades e reafirmar o seu poder no interior dos presídios, nos morros, nas favelas e na imensa periferia quase sempre ignorada pelos governos. Assim, nesses espaços sociais desestruturados, considerados territórios estratégicos do crime organizado, as quadrilhas comandam as relações sociais, econômicas, as pessoas e as ações criminosas com regras próprias.

Lamentavelmente, como podemos constatar, no Brasil de hoje convivemos com dois poderes. Existe o poder constituído, que ainda não acordou para a gravidade da violência, e o poder do crime, que cresce de maneira assustadora e ameaça impunemente a tranqüilidade da sociedade e os alicerces do Estado.

É importante ressaltar que essa escalada da criminalidade e da violência encontra sua energia vital no tráfico de drogas, que movimenta mundialmente mais de 500 bilhões de dólares, na corrupção alimentada pela "banda podre" da polícia, na falta de coordenação entre os aparatos policiais, na morosidade, na impunidade e na tolerância inaceitável da justiça em relação aos atos criminosos, e, enfim, na falta de ação decisiva do Executivo, que relega perigosamente o assunto a um segundo plano de suas prioridades.

Dessa maneira, em vez de criticar indevidamente o Congresso pela alegada morosidade na decisão de matérias importantes para mudar o perfil da segurança pública do País, o Governo deveria ser mais sensato e definir imediatamente uma diretriz nacional de combate ao crime organizado.

No plano econômico, por exemplo, mesmo tendo de submeter o povo brasileiro a enormes sacrifícios para poder cumprir as exigências draconianas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), temos sido até hoje extremamente competentes no acerto das pesadas metas que nos são exigidas. É importante relembrar que, não faz nem um mês, recebemos elogios rasgados da missão do FMI que aqui esteve para fiscalizar nossas contas. Os afagos foram motivo de grande comemoração na Esplanada dos Ministérios e nos gabinetes do Palácio do Planalto.

Indiscutivelmente, as autoridades governamentais têm sido extremamente eficientes e rigorosas em relação ao controle da economia, da inflação e das nossas relações internacionais. Em contrapartida, em relação ao combate contra o crime e contra a violência não podemos dizer o mesmo.

Perante os formadores de opinião estrangeiros exibimos as piores notas e somos vistos como um povo desorganizado e uma terra sem lei. A cidade de São Paulo já é tida como mais violenta do que Bogotá, capital de um País que vive há dezenas de anos sob o fogo intenso de uma guerra civil declarada e do narcotráfico.

Apesar dessa imagem extremamente negativa, a mesma competência que apresentamos ao FMI pode muito bem se repetir na luta pela melhoria dos dramáticos índices de violência mostrados nas estatísticas. Para isto, basta vontade política, tomada de consciência, pulso e determinação para enfrentar essa guerra com profissionalismo. Se o Governo cumprir a sua parte, com toda certeza, o Congresso Nacional não ficará à deriva, porque sempre esteve pronto para assumir a defesa do Estado, da sociedade e da democracia.

O Congresso Nacional entende perfeitamente que toda atividade criminosa precisa ser combatida com extremo rigor porque atenta contra a segurança do Estado. Na situação atual do Brasil, há quem peça

uma operação militar contra o crime organizado, notadamente com a presença do exército nas ruas, como aconteceu durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente, a Eco-92, que se realizou na cidade do Rio de Janeiro. Por sua vez, a população de Campinas, após o assassinato do Prefeito Celso Daniel, pediu intervenção federal no município. Clamores bem mais numerosos e radicais defendem a adoção da prisão perpétua para crimes hediondos e mesmo a pena de morte para os mesmos delitos. De qualquer maneira, não devemos nos esquecer de que os preceitos constitucionais devem ser respeitados, mesmo sabendo que eles podem ser alterados pela vontade soberana do Legislativo, com o aval do Executivo.

Finalizando, Sr. Presidente, face ao difícil momento que atravessamos, seria de grande importância que o Governo procurasse provar para a sociedade que não se intimida diante das ameaças dos bandidos e assassinos. Ele poderia inclusive começar abrindo um amplo debate nacional visando à elaboração de um plano emergencial para conter a onda de violência e o restabelecimento do clima de confiança do povo em relação ao poder das instituições.

Gostaria, finalmente, de ilustrar este pronunciamento anexando artigo de minha autoria, publicado no último dia 02 de fevereiro pelo jornal *O Popular*, do meu Estado, onde apresento alguns dados que revelam a gravidade do perigo que a violência impõe aos cidadãos e a falta de empenho do Governo em obstruir os principais canais que irrigam o mundo do crime.

Era o que tinha a dizer! Muito obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MAURO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO. (INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.)

Até quando

Mauro Miranda

Ainda traumatizada pelo bárbaro assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, a sociedade brasileira se indaga até quando seremos um país onde a cidadania custa tão caro e a vida humana vale tão pouco. A escalada da violência e da criminalidade assume dimensões exponenciais, crescendo à sombra do tráfico de drogas, da corrupção protagonizada pela "banda podre" da polícia, da desarticulação institucional entre os aparatos de policiamento ostensivo e investigativo, do caos do sistema penitenciário, do emperramento da justiça, do colapso dos paradigmas gerenciais e tecnológicos vigentes e da falta de liderança do Executivo para idealizar e implantar um novo modelo de segurança pública.

As estatísticas são realmente estarrecedoras. São Paulo já desbancou Bogotá, na Colômbia, como Capital do crime. Lá, no ano passado, verificou-se uma taxa de 34,8 assassinatos para cada 100 mil habitantes. Aqui, o índice chegou a 57,45 por cem mil. Em 1999, foram registrados 19 seqüestros, em 2000, quase três vezes mais (63), em 2001, esse número quintuplicou, chegando a 307 seqüestros. Claro que esses dados oficiais representam apenas uma pequena parcela (20%), do total real de ocorrências. Descrentes da eficácia das autoridades policiais, muitos cidadãos deixam de oficializar suas queixas. Também pudera: de todos os processos criminais abertos na Justiça apenas 2,5% são concluídos, com a devida identificação e punição dos responsáveis. A morosidade fomenta a impunidade.

O Governo, na prática, concentra-se exclusividade em cumprir o figurino do FMI. Prova disso é que, no ano passado, os gastos com segurança ficaram abaixo do orçado. De um total de R$2,5 bilhões previstos no Orçamento Geral da União, foi empenhado R$1,85 bilhão e pago apenas R$1,6 bilhão. Medidas de prevenção contra o crime organizado, com previsão de R$16,7 milhões, tiveram empenhados apenas R$8,3 milhões. Para o reequipamento das polícias rodoviárias, foram gastos somente R$464 mil de um total orçado em R$12,2 milhões. E os projetos relativos à polícia comunitária, que no papel contavam com dotação de R$140,4 milhões, viram R$9 milhões serem remanejados para outras rubricas. Ao todo, dos R$80,2 milhões empenhados, só R$62,4 milhões foram pagos.

Enquanto isso, os presídios seguem superlotados, verdadeiras escolas de crimes, onde delinqüentes novatos convivem com facínoras perigosíssimos. A decantada unificação entre as polícias civis e militares jamais conseguiu sair do papel, ainda que, somente em São Paulo, essa medida possa representar uma economia de recursos da ordem de R$250 milhões por ano.

As quase 120 proposições legislativas (emendas constitucionais e projetos de lei) que ora tramitam no Congresso, abrangendo todos os aspectos da segurança pública, em parte revelam a sensibilidade dos representantes do povo, as angústias das pessoas comuns, acuadas em suas próprias casas pelo pavor das ruas, embora reflitam também a quebra-de-braço entre **lobbies** exclusivamente preocupados com a manutenção ou ampliação de vantagens e garantias funcionais em detrimento do interesse geral.

É claro que, no regime presidencialista tais impasses só podem ser desatados pela liderança do Executivo. Este, no entanto, ainda não foi capaz de distinguir declarações de boas intenções, alinhavadas às pressas em relação a tragédias que regularmente ganham as manchetes e abalam a opinião pública.

Exausta a aterrorizada, a família brasileira repete a pergunta que não quer calar até quando?

Mauro Miranda é Senador (PMDB – GO)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 26 minutos.)

(OS. 10747/2002)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 012
DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atividades regimentais que lhe confere o artigo 320 da resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve prorrogar os efeitos da Comissão Especial instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº47, de 2001, somente até a data de 31 de dezembro de 2001.

Brasília, 21 de fevereiro de 2002.

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 013 , de 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, com base no disposto no art. 145, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, e tendo em vista a conclusão da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria do Diretor-Geral nº 131, de 2001, constante do Processo nº 14222/01-9, **RESOLVE**:

Aplicar a penalidade de advertência, ao servidor **PAULO GOMES DE FIGUEIREDO MESQUITA**, matrícula 3329, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, por infringir o que dispõe o art. 145, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 23 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA
Nº 014, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar os Servidores, **JOABSON MARTINS CAHÚ JUNIOR**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 2170 (SEEP), **ANTONIO CARLOS NOGUEIRA FILHO**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 3055 e **JOSÉ AUSNEMBURGO DOS SANTOS SOBREIRA MACHADO**, Analista Legislativo, Matrícula nº 2170 (SEEP), para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 013679/01-5

Senado Federal, 23 de fevereiro de 2002

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PORTARIA
Nº 015, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar os Servidores, **JOSÉ JABRE BAROUD**, Analista Legislativo, Matrícula nº 1550, **ELIZABETH CRISTINA ALVES DOS SANTOS**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 2880 e **VIVALDO PALMA LIMA**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 3173, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 002461/01-3 (SEEP).

Senado Federal, 23 de fevereiro de 2002

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PORTARIA
Nº 016 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar os Servidores, **JOÃO MUGAYAR**, Consultor Legislativo, Matrícula nº 1114, **ORLANDO MENDES VASCONCELOS**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 4326 e **ROBERTO LUIZ LEITE**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 2104, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 015357/01-5

Senado Federal, 22 de fevereiro de 2002

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 148 *, de 2002*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 005659/97-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/8 (um oitavo) da pensão temporária concedida a PETRÔNIO CANDIDO DA PAIXÃO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para PATRÍCIA CANDIDA DA PAIXÃO, PAULO CANDIDO DA PAIXÃO e PATRÍCIO CANDIDO DA PAIXÃO, na condição de filhos menores, alterando as cotas da pensão temporária de 1/8 (um oitavo) para 1/6 (um sexto) para cada um, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA JOSÉ CANDIDA DA PAIXÃO, na qualidade cônjuge, na proporção de 3/6 (três sextos), concedida pelo Título Concessório de 09/04/1997, dos proventos que percebia o ex-servidor PEDRO GIL DA PAIXÃO, matrícula 75453, a partir da data da maioridade, 19/10/1997.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 149 *, de 2002*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 005659/97-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/6 (um sexto) da pensão temporária concedida a PATRÍCIA CANDIDA DA PAIXÃO, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para PAULO CANDIDO DA PAIXÃO e PATRÍCIO CANDIDO DA PAIXÃO, na condição de filhos menores, alterando as cotas da pensão temporária de 1/6 (um sexto) para 1/4 (um quarto) para cada um, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA JOSÉ CANDIDA DA PAIXÃO, na qualidade cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), concedida pelo Título Concessório de 09/04/1997, dos proventos que percebia o ex-servidor PEDRO GIL DA PAIXÃO, matrícula 75453, a partir da data da maioridade, 20/08/1998.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 150 *, de 2002*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 005659/97-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/4 (um quarto) da pensão temporária concedida a PATRÍCIO CANDIDO DA PAIXÃO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para PAULO CANDIDO DA PAIXÃO, na condição de filho menor, alterando a cota da pensão temporária de 1/4 (um quarto) para 1/2 (um meio), e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA JOSÉ CANDIDA DA PAIXÃO, na qualidade cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio), concedida pelo Título Concessório de 09/04/1997, dos proventos que percebia o ex-servidor PEDRO GIL DA PAIXÃO, matrícula 75453, a partir da data da maioridade, 02/10/1999.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 151 , de 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 005659/97-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/2 (um meio) da pensão temporária concedida a PAULO CANDIDO DA PAIXÃO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA JOSÉ CANDIDA DA PAIXÃO, na condição de cônjuge, alterando a cota da pensão vitalícia concedida pelo Título Concessório de 09/04/1997, de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor PEDRO GIL DA PAIXÃO, matrícula 75453, a partir da data da maioridade, 01/03/2002.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 152, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001047/02-7,

RESOLVE dispensar a servidora LOIDE DE MELO FARIA, matrícula 5129, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Pagamento de Pensionistas da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Pagamento de Parlamentares do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 153, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001052/02-0,

RESOLVE dispensar o servidor NEWTON MARTINS SOBRINHO, matrícula 5201, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Pagamento de Parlamentares da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Pagamento de Pensionistas do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 2002.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 154, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 1.373/02-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA COSTA**, matrícula n.º 32.279, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 155 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001267/02-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALDECI RODRIGUES ALVES**, matrícula n.º 32127, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Bernardo Cabral.

Senado Federal, em 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO Nº 156 /2002
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, R E S O L V E

Art. 1º - São designados os servidores **MARCOS JOSÉ MONTEIRO**, matrícula **3422** e **EVANDRO FIGUEIREDO DE SOUZA**, matrícula **3122**, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 1625/01-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 21 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 157, de 2002.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **R E S O L V E,**

Prorrogar o Ato nº **2100/02-DGER**, que designou o servidor **ADAMIR CORREA DE OLIVEIRA**, matrícula **3702**, para substituir JOÃO RODRIGUES DE SOUZA, na **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo **FC-7**, do Serviço de Impressão Tipográfica-SSIND, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 18-12-2001, por motivo de licença médica do titular.

Brasília, 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 158 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001455/02-8,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GILMAR RIBEIRO CAVALCANTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 159 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001456/02-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I. da Lei n.º 8.112, de 1990, **SÉRGIO PATRÍCIO VALENTE** , matrícula n.º 31.500, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar. AP-3, do Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 160 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001434/02-0,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THAIS NASCIMENTO PRUDENTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 161, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001395/02-5,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LÚCIA REGINA DA ROSA MACHADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 162, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001464/02-7,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 163 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001486/02-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DANIEL BORGES CAMPOS**, matrícula n.º 30903, do cargo, em comissão, de Secretario Parlamentar do Gabinete do Senador Iris Rezende.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 164 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001486/02-0,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAMUEL PACHECO DE MOURA BELCHIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Iris Rezende.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 165 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001473/02-6,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 166 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001490/02-8,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LÚCIO ARAÚJO BACELLAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ricardo Santos.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2002.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA
PFL - Antonio Carlos Júnior
PFL - Waldeck Ornellas
PFL - Paulo Souto

RIO DE JANEIRO
BLOCO - Artur da Távola (PSDB)
BLOCO - Geraldo Cândido (PT)
PSB - Roberto Saturnino

MARANHÃO
PFL - Bello Parga
PFL - Edison Lobão
PMDB - João Alberto Souza

PARÁ
PSB - Ademir Andrade
PMDB - Fernando Ribeiro
BLOCO - Luiz Otávio (PPB)

PERNAMBUCO
PTB - Carlos Wilson
BLOCO - Roberto Freire (PPS)
PFL - José Coelho

SÃO PAULO
BLOCO - José Serra (PSDB)
PFL - Romeu Tuma
BLOCO - Eduardo Suplicy (PT)

MINAS GERAIS
PFL - Francelino Pereira
PTB - Arlindo Porto
PL - José Alencar

GOIÁS
PMDB - Mauro Miranda
PMDB - Iris Rezende
PMDB - Maguito Vilela

MATO GROSSO
PMDB - Carlos Bezerra
PFL - Jonas Pinheiro
BLOCO - Antero Paes de Barros (PSDB)

RIO GRANDE DO SUL
BLOCO - Emilia Fernandes (PT)
BLOCO - José Fogaça (PPS)
PMDB - Pedro Simon

CEARÁ
BLOCO - Lúcio Alcântara (PSDB)
PMDB - Sérgio Machado
BLOCO - Luiz Pontes (PSDB)

PARAÍBA
PTB - Wellington Roberto
BLOCO - Ronaldo Cunha Lima (PSDB)
PMDB - Robinson Viana

ESPÍRITO SANTO
PMDB - Gerson Camata
BLOCO - Ricardo Santos(PSDB)
PSB - Paulo Hartung

PIAUÍ
BLOCO - Freitas Neto (PSDB)
BLOCO - Benício Sampaio (PPB)
PMDB - Alberto Silva

RIO GRANDE DO NORTE
BLOCO - Geraldo Melo (PSDB)
PFL - José Agripino
PTB - Fernando Bezerra

SANTA CATARINA
PMDB - Casildo Maldaner
PFL - Geraldo Althoff
PFL - Jorge Bornhausen

ALAGOAS
PMDB - Renan Calheiros
BLOCO - Teotônio Vilela Filho(PSDB)
BLOCO - Heloísa Helena (PT)

SERGIPE
PSB - Antonio Carlos Valadares
BLOCO - José Eduardo Dutra (PT)
PFL - Maria do Carmo Alves

AMAZONAS
PFL - Bernardo Cabral
BLOCO - Jefferson Péres (PDT)
PMDB - Gilberto Mestrinho

PARANÁ
BLOCO - Osmar Dias (PDT)
PMDB - Roberto Requião
BLOCO - Álvaro Dias (PDT)

ACRE
BLOCO - Marina Silva (PT)
PMDB - Nabor Júnior
BLOCO - Tião Viana (PT)

MATO GROSSO DO SUL
BLOCO - Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB - Ramez Tebet
PMDB - Juvêncio da Fonseca

DISTRITO FEDERAL
PFL - Lindberg Cury
BLOCO - Lauro Campos (PDT)
PMDB - Valmir Amaral

TOCANTINS
PTB - Carlos Patrocínio
PFL - Leomar Quintanilha
BLOCO Eduardo Siqueira Campos (PSDB)

AMAPÁ
PMDB - Gilvam Borges
BLOCO - Sebastião Rocha (PDT)
PMDB - José Sarney

RONDÔNIA
BLOCO - Fernando Matusalém (PPB)
PFL - Moreira Mendes
PMDB - Amir Lando

RORAIMA
PMDB - Marluce Pinto
BLOCO - Romero Jucá (PSDB)
PFL - Mozarildo Cavalcanti

SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários:

CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)

CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)

CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)

CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 07.11.2001

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 – Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 – Vago		
Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195	9 – Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 – Vago (1)		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 – Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Coelho	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 – Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Vago (3)			4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 – Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 – Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 – Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001
(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002
(3) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 22/02/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
		PMDB	
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
		PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
		BLOCO PSDB/PPB	
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
		BLOCO OPOSIÇÃO +PSB + PTB	
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001
REUNIÕES:
SECRETÁRIO:
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605
FAX: 311-4344

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255
E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 - Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - José Coelho	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095	Vago (1)		
Romero Jucá	RR	2111/2117	Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3339
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515 Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br Atualizada em:22/02/2002

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

PMDB
VAGO
VAGO
PFL
VAGO
VAGO
PSDB
VAGO
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	**MT – 1128/1129**
MARLUCE PINTO	**RR – 1301/4062**
PFL	
GERALDO ALTHOFF	**SC – 2041/2047**
WALDECK ORNELAS	**BA – 2211/2217**
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	**TO – 2071/2072**
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	**AP – 2241/2247**
TIÃO VIANA	**AC – 3038/3493**

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB
VAGO
VAGO
VAGO
PFL
VAGO
VAGO
PSDB
VAGO
VAGO
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB
VAGO
VAGO
VAGO
PFL
VAGO
VAGO
PSDB
VAGO
VAGO
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Vago		
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Freitas Neto	PI	2131/2137
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Vago (2)			Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Benício Sampaio	PI	3085/3086

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002
(2) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
Secretária: Gildete Leite de Melo
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 22/02/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB - 3	
	PFL - 2	
	PSDB - 1	
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1	

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311-4315
E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada **Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF. Aprovado em 15/12/1999.**

- ***Retirada as indicações pelas Lideranças***
- ***em 6 e 13.9.2000.***

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Vago (1)		
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

Reuniões: Quintas–feiras às 14:00 horas
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

Atualizado: 22/02/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

PSDB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br **ATUALIZADA EM:**

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
		PFL	
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
		BLOCO (PSDB/PPB)	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-FERNANDO MATUSALÉM (PPB)	RO-2251/58
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
		PSB	
ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.
(2) Desfiliou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 09/10/2001

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Vago (3)			Freitas Neto	PI	2131/2137
Fernando Matusalém	RO	2251/2258	Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emilia Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001
(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002
(3) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

Atualizada em :22/02/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: ALBERTO SILVA

Vice-Presidente: LÚDIO COELHO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (4)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Vago (5)		
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 - Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	5 - Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 - Tião Viana (PT)	AC	3038/3493

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001
(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001
(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001
(4) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002
(5) Afastamento do Sr. Pedro Piva, em virtude da reassunção do titular em 22/02/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)
Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno) Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: Celso Parente Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354 Fax: 311-3286

Atualizada em : 22/02/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE:
RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
PFL	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO
PSDB	
VAGO	1- VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607
FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292
ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS

PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
		PMDB	
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
		PFL	
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- BELLO PARGA	MA-3069/3072
		PSDB	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/4230

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607
FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292
ATUALIZADA EM: 06/11/2001

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO

Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 – Fernando Matusalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.
(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 22/02/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
FERNANDO MATUSALÉM	RO-2251/52	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfiliou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.
(2) Filiou-se ao PPB.
(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

REUNIÕES: **ALA SENADOR NILO COELHO**
SECRETÁRIO:JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO **SALA Nº 06 - telefone: 311-3254**
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519 **Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br**
Fax 311-1060 **ATUALIZADA EM: 09/10/2001**

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

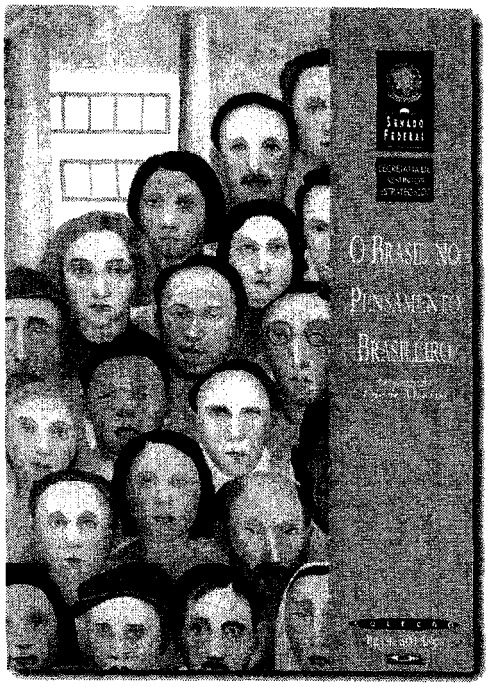
Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos



"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R$ 30,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 58 PÁGINAS